



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 005/ORDINÁRIA/2019/ SG-DC

1 Aos 19 dias do mês de novembro do ano de 2019, no horário das 14h, na Sala dos Conselhos,
2 Torre 1 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), localizada na Av. dos Estados,
3 5001, Bloco A, Torre I, 1º andar, Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a V sessão ordinária
4 do Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2019, previamente convocada e
5 presidida pelo reitor, Dácio Roberto Matheus, com a presença dos seguintes **conselheiros**:
6 Acácio Sidinei Almeida Santos, pró-reitor de assuntos comunitários e políticas afirmativas;
7 Alberto Sanyuan Suen, representante docente do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências
8 Sociais Aplicadas (CECS); Allana Mattos dos Santos, representante discente de graduação;
9 Carlos da Silva dos Santos, representante docente do Centro de Matemática, Computação e
10 Cognição (CMCC); Cássia Gonçalves de Souza, representante suplente dos técnicos
11 administrativos; Cláudia Regina Vieira, representante docente do Centro de Ciências Naturais e
12 Humanas (CCNH); Cristiane Otero Reis Salum, representante suplente docente do CMCC;
13 Eduardo Gueron, representante docente do CMCC; Evonir Albrecht, pró-reitor adjunto de
14 extensão e cultura; Fernando Luiz Cássio Silva, representante docente do CCNH; Francisco de
15 Assis Zampiroli, representante docente do CMCC; Geovane Oliveira de Sousa, representante
16 dos técnicos administrativos; Giorgio Romano Schutte, representante docente do CECS; Glenda
17 Lorena Mezarobba, representante da comunidade civil; Gustavo Morari do Nascimento,
18 representante docente do CCNH; Harki Tanaka, diretor do CECS; Itana Stiubiener, representante
19 docente do CMCC; João Paulo Góis, pró-reitor adjunto de pós-graduação; Luciana Zaterka,
20 representante docente do CCNH; Marcelo Aversa, representante discente de pós-graduação;
21 Marcelo Bussotti Reyes, diretor do CMCC; Marcus Antônio Mendonça Marrocos, representante
22 suplente docente do CMCC; Mônica Schröder, pró-reitora de Planejamento de Desenvolvimento
23 Institucional; Paula Ayako Tiba, pró-reitora de graduação; Rafael Celeghini Santiago,
24 representante docente do CECS; Ricardo José Andrade, representante dos técnicos
25 administrativos; Roberta Kelly Amorim de França, representante dos técnicos administrativos;
26 Ronei Miotto, diretor do CCNH; Sara Cid Mascareñas Alvarez, pró-reitora de administração;
27 Sara Lorena dos Santos, representante discente de graduação; Sônia Maria Malmonge, pró-
28 reitora de pesquisa; Wendel Andrade Alves, representante suplente docente do CCNH.
29 **Ausências justificadas**: Wagner Alves Carvalho, vice-reitor. **Ausentes**: Beatriz Behling da
30 Silva, representante discente de graduação; Fernando Martins Ustariz, representante discente de
31 pós-graduação; Gustavo Nascimento de Souza, representante discente de graduação; José
32 Fernando Queiruga Rey, representante docente do CECS; Rodrigo de Freitas Bueno,
33 representante docente do CECS; Vanessa Elias de Oliveira, representante docente do CECS. **Não**
34 **votantes**: Daniel Pansarelli, secretário-geral; Glaucia Bambirra Silveira, representante suplente
35 dos técnicos administrativos; Renata Silva, representante do Grupo de Trabalho (GT)
36 encarregado da elaboração de proposta que tratará de política de atendimento a mães e pais na
37 UFABC. **Apoio administrativo**: Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos;
38 Jeanderson Carlos de Souza Silva e Katia Tonello Semmelmann, assistentes em administração da
39 Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente, após cumprimentar os presentes, abre a
40 sessão às 14h08 com os **Informes da Reitoria**: 1) o presidente justifica a ausência do vice-
41 presidente, Wagner Alves Carvalho, que na parte da manhã representou a UFABC em um evento

42 na Câmara Municipal de São Paulo, o qual ofereceu o título de Cidadão Paulistano ao professor
43 Silvio Roberto de Azevedo Salinas, primeiro diretor do CCNH e hoje docente da Universidade
44 de São Paulo (USP). Na parte da tarde, Wagner participava de uma reunião na Federação das
45 Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) para a assinatura de um convênio que visa a
46 cooperação técnica e científica com a UFABC. À ocasião, convida o conselheiro Ronei Miotto
47 para compor a Mesa; 2) o presidente passa a palavra à Renata Silva, que representava o Grupo de
48 Trabalho (GT) encarregado da elaboração de proposta que tratará da Política de Atendimento a
49 Mães e Pais na UFABC. Ela apresenta o Relatório do GT destacando alguns pontos. Agradece a
50 todos os envolvidos e à gestão da UFABC pela abertura à apresentação da proposição. Discorre
51 sobre a importância da matéria posta em pauta, que visa a democratizar o acesso e a permanência
52 dos estudantes pais e mães, considerando-se o papel formador e emancipador da UFABC, assim
53 como apoiar mães e pais servidores, estimulando a continuidade e o avanço de suas carreiras. Por
54 fim, apresenta proposta de Recomendação à Reitoria para que, a partir das sugestões do
55 Relatório, os dirigentes comprometam-se a colocar em prática as propostas apresentadas. O
56 presidente reitera a pré-disposição em acatar a Recomendação e informa que a Reitoria dará
57 continuidade ao trabalho com a formação de um grupo de gestores para tratar do
58 encaminhamento de cada uma das medidas propostas. A Recomendação é colocada em votação e
59 aprovada por unanimidade; 3) o presidente, em atendimento ao item 1.1 do Anexo da Resolução
60 ConsUni nº 156, encaminha para ratificação a Comissão Eleitoral para Eleição dos Conselhos
61 Superiores com os seguintes membros: Marcela Sorelli Carneiro Ramos, representante docente
62 do CCNH; Nicolas Uehara, representante do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI); Katia
63 Tonello Semmelmann, representante da Secretaria-Geral; Luiza Fegadolli Nunes da Silva,
64 representante discente de graduação e Soraya Aparecida Cordeiro, representante discente de pós-
65 graduação, com a presidência da primeira. O secretário-geral, Daniel Pansarelli, esclarece a
66 finalidade da eleição e informa que a chapa para representante docente do CCNH apenas
67 cumprirá mandato de 1 (um) ano, até o final do período regular. Após votação, a Comissão
68 Eleitoral é aprovada por unanimidade; 4) o presidente passa a palavra ao conselheiro Acácio
69 Sidnei Almeida Santos para a apresentação e ratificação das indicações para composição da
70 Comissão Permanente de Acessibilidade (CoPA), em atendimento ao parágrafo único, do Art. 2º,
71 da Resolução ConsUni nº 175, cujos nomes estão destacados na apresentação do conselheiro:
72 Cláudia Regina Vieira, Kate Mamhy Oliveira Kumada, Rosana Moreno Quevedo, Thiago
73 Abrahão dos Anjos da Silva, Lorena Ismael Fernandes e Victoria Rossetto. Não havendo
74 comentários, o presidente encaminha para votação a ratificação da composição que é aprovada
75 por unanimidade; 5) o presidente informa acerca da necessidade de escolha do representante
76 externo da comunidade civil, conforme Resolução ConsUni nº 54. Acrescenta que foram
77 solicitadas indicações prévias e passa a palavra ao conselheiro Evonir Albrecht que faça uma
78 breve apresentação sobre o único nome indicado. O conselheiro procede à apresentação,
79 discorrendo sobre o currículo do professor Marcelo Furlin e sobre a importância de sua parceria
80 com a UFABC. Após a votação secreta e contagem das cédulas, o indicado é aprovado com 26
81 votos a favor e 3 votos em branco. **Informes dos Conselheiros:** 1) a conselheira Cássia
82 Gonçalves de Souza discorre sobre a Campanha de Cesta de Natal para os trabalhadores
83 terceirizados. Informa que 34% da meta foi alcançada e solicita a participação de todos para que
84 este ano o número de pessoas alcançadas seja maior, e também, para que as cestas distribuídas
85 sejam de melhor qualidade que as do ano anterior; 2) o conselheiro Marcelo Reyes registra nota
86 de pesar pelo falecimento da professora Mirtha Venero. Tece elogios à docente e discorre sobre
87 sua importância na comunidade acadêmica. O presidente manifestou pesar pelo falecimento; 3) o
88 conselheiro Acácio Almeida, convida a todas e todos a participarem das atividades organizadas
89 pelo Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (NEAB), nos dois *campi*, em comemoração
90 à Semana da Consciência Negra na UFABC; 4) o conselheiro Giorgio Romano Schutte, convida

91 a todas e todos a participarem da atividade que encerra um ciclo de aulas e palestras ministradas
92 na atividade organizada pelo Observatório de Política Externa Brasileira, projeto de extensão,
93 que contou com apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (ProEC), e que terá como
94 convidado o ex-ministro Celso Amorim; 5) o conselheiro, João Paulo Góis, comunica acerca da
95 aprovação do Doutorado em Filosofia, fazendo com que a UFABC tenha mais um curso nota 4
96 pela avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e
97 parabeniza a todas e todos os envolvidos no projeto. Informa que os cursos de Engenharia e
98 Ciência de Materiais e Políticas Públicas, ainda permanecem em avaliação; 6) a conselheira,
99 Itana Stiubiener, registra que este ano, diante do cenário nacional, houve muita dificuldade de
100 aprovar o curso de Especialização em Ciência e Tecnologia, curso de extensão que está na
101 UFABC, desde 2007, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Sem entrar em
102 detalhes, menciona que foram feitas inúmeras interações junto à Capes, inclusive pelo próprio
103 reitor, contudo, por questões administrativas internas, apenas no momento de cadastrar no
104 sistema da Capes, descobriu-se que as bolsas do curso, bem como a oferta para o edital para 220
105 alunos aprovados, foram cancelados, sob a alegação de que seriam disponibilizados no ano que
106 vem. Faz um apelo para que haja muita atenção nos trâmites de cursos com bolsas aprovadas, de
107 modo que esses sejam priorizados na UFABC; 7) o presidente informa que esta é a primeira
108 sessão do ConsUni transmitida ao vivo, em áudio e vídeo, no site da UFABC e no canal da
109 UFABC, no *Youtube*. O secretário-geral, Daniel Pansarelli, discorre sobre os detalhes das
110 transmissões, em atendimento à Resolução ConsUni nº 146 de 2014. Informa que os vídeos
111 serão transmitidos ao vivo e após o término das reuniões, ficarão disponíveis na página dos
112 Conselhos, juntamente com o áudio. O conselheiro Acácio Almeida aproveita a ocasião para
113 informar que o Núcleo de Acessibilidade vem estudando como será feita a tradução, na Língua
114 Brasileira de Sinais (Libras), desses vídeos. **Ordem do dia: Ata da III Sessão extraordinária de**
115 **2019, realizada nos dias 3 e 10 de setembro de 2019. Ata da IV sessão ordinária de 2019,**
116 **realizada nos dias 1º e 15 de outubro de 2019.** O presidente apresenta as duas atas, propondo a
117 discussão em bloco. Após alguns apontamentos elencados pelos conselheiros, as atas são
118 encaminhadas para a votação e aprovadas por unanimidade. **Minuta de resolução que revoga e**
119 **substitui a Resolução ConsUni nº 22, que estabelece as normas para avaliação do estágio**
120 **probatório dos servidores docentes.** O relator, Carlos da Silva dos Santos, informa que a matéria
121 já foi debatida na ordem dia da IV sessão ordinária do ConsUni, verificando-se impasse quanto à
122 definição da área responsável pelo início do processo de avaliação do estágio probatório docente,
123 motivo pelo qual foi mantida na ordem do dia para a presente sessão, a fim de que houvesse um
124 ajuste entre as áreas atualmente responsáveis pelo processo e esclarecimento para deliberação
125 por parte deste Conselho. Explica que o resultado dessa articulação foi a alteração da redação do
126 Art. 3º, prevendo a Superintendência de Gestão de Pessoas (Sugepe) como a área responsável
127 por desencadear o processo, que terá seu fluxo definido por Portaria da Reitoria, de acordo com
128 o mapeamento do processo de avaliação do estágio probatório docente. Informa que houve
129 outras alterações pontuais no que tange aos mecanismos de avaliação. A área demandante,
130 representada pelo presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), Wanius
131 Garcia, informa concordar com as mudanças realizadas pela relatoria. Em discussão, os seguintes
132 pontos são levantados: 1) solicita-se esclarecimento quanto à avaliação com base no Relatório
133 Anual de Atividade Docente (RAAD), se este serve de base para a avaliação docente pelos
134 discentes e como é tratada essa avaliação pelas bancas. Ainda nesse sentido, sugere-se que a
135 última instância recursal do docente seja um dos Conselhos Superiores da UFABC, diferente do
136 que prevê a minuta, que define a Reitoria como última instância, via Sugepe; 2) questiona-se a
137 manutenção do parágrafo único, do Art. 4º, argumentando-se que este dá margem a
138 questionamentos legais, podendo acarretar em prejuízos institucionais, uma vez que o dispositivo
139 cria novo critério eliminatório quando deveria ser apenas adicional, entendendo que a previsão

140 excede ao necessário para a finalidade proposta. Em complemento, sugere-se a supressão do item
141 ou a substituição do termo “essencial” por “adicional”, sendo as duas propostas secundadas para
142 decisão do ConsUni; 3) contrapõe-se à proposta de supressão do parágrafo único, do Art. 4º.
143 Neste ponto, acrescenta-se que o referido dispositivo foi objeto de avaliação pela Procuradoria
144 Federal da UFABC, que não apontou nenhum óbice legal; 5) replica-se que o parecer emitido
145 pela Procuradoria sobre o dispositivo é que ele seja desdobramento dos critérios já previstos na
146 Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e não um critério essencial como colocado; 6) sugere-
147 se uma melhor especificação quanto à base a ser usada pela banca na avaliação do nível
148 linguístico exigido. Concernente a esse mesmo ponto, questiona-se se a UFABC tem
149 reconhecimento pelo Ministério da Educação (MEC) para realização dessa avaliação; 7) sugere-
150 se levar em consideração a situação dos alunos da graduação, principalmente os provenientes do
151 ensino público, em relação aos professores estrangeiros, levantando-se preocupação com a
152 dificuldade de aprendizado que eles podem vir a enfrentar, caso o professor não possua um
153 adequado nível linguístico para ministração das aulas em português. No entanto, acrescenta
154 entender as questões legais envolvidas na cobrança desse nível linguístico como um critério
155 essencial, reforçando seu apoio para que ele seja apenas adicional; 8) no Art. 9º, solicita-se que a
156 redação seja mais clara no que diz respeito à submissão do recurso docente ao Conselho de
157 Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsEPE). Nesta ocasião, é sugerida a redação complementar para
158 o artigo, no final do *caput*, nos seguintes termos: “... que submeterá à deliberação do Conselho
159 de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsEPE) conforme regimento da Comissão Permanente de
160 Pessoal Docente (CPPD)”. Respondendo aos comentários e sugestões, Wanius Garcia, pela área
161 demandante, esclarece que o RAAD não tem ligação com a avaliação docente pelos discentes,
162 pontuando que o sistema ainda não é utilizado para a avaliação docente. Acrescenta que os
163 procedimentos do RAAD estão previstos em resolução própria. O presidente complementa a
164 explicação, informando que a implantação do sistema está pendente de uma portaria e que os
165 critérios que ele leva em consideração na avaliação são aqueles estabelecidos pela Lei nº
166 8.112/1990. A Mesa informa, ainda, que a previsão de que o recurso docente seja apresentado na
167 Reitoria decorre de Resolução que criou a CPPD e prescreve que o parecer da Reitoria sobre o
168 recurso deve ser submetido ao referido Conselho. Dadas as propostas apresentadas e secundadas,
169 o presidente encaminha a votação pela exclusão do parágrafo único, do Art. 4º. Proposta
170 rejeitada por 3 votos favoráveis, 17 contrários e 7 abstenções. Dada a manutenção do dispositivo,
171 a relatoria, com relação ao questionamento acerca do nível linguístico a ser exigido, explica que
172 é um nível elementar e que a UFABC tem competência reconhecida pelo MEC para tal
173 avaliação. No tocante à sugestão de substituição do termo “essencial” pelo termo “adicional”, a
174 relatoria entende que a palavra sugerida atende melhor ao que se propõe, sendo essa alteração
175 acatada, também, pela área demandante. A redação complementar sugerida ao Art. 9º, conforme
176 o proposto, também é acatada pela relatoria e pela área demandante. Não havendo mais inscritos,
177 o presidente encaminha a minuta, consideradas as alterações já acatadas e aprovadas, em
178 votação. Documento aprovado, com 5 votos contrários e 2 abstenções. Minuta de Resolução para
179 Programa de Pesquisador Colaborador da UFABC. O relator, Marcelo Bussotti Reyes, inicia a
180 apresentação explicando o documento, bem como a finalidade que se pretende alcançar com a
181 sua aprovação, dando ênfase ao fato de que a proposta, ao passo que desburocratiza e simplifica
182 o programa, promove um maior controle sobre o registro dos trabalhos realizados pelos
183 pesquisadores externos que contribuem com as pesquisas da UFABC. Além disso, destaca que a
184 minuta consigna duas resoluções anteriores num único documento. Em seguida, apresenta suas
185 sugestões de alteração. A área demandante parabeniza o trabalho realizado pela relatoria,
186 acatando as sugestões apresentadas, acrescentando que, com base nas alterações sugeridas, foram
187 realizados alguns apontamentos para atendimento de todas as áreas: i) a previsão de que a
188 aprovação do credenciamento para os programas de pós-graduação também seja de competência

189 do supervisor do programa, não dos Centros. Nesse ponto, acredita ser importante estabelecer,
190 para todos os casos, nos fluxos, a previsão de submissão aos Centros os casos excepcionais que
191 surgirem no processo; ii) com relação ao cadastro e acesso aos laboratórios, destaca-se que isso
192 se dá com a “anuência” do coordenador do espaço, não um “de acordo”; iii) partindo de demanda
193 da Ouvidoria da UFABC, em observação ao Código de Ética da Universidade, alterou-se a
194 redação do Art. 23 e Art. 24, suprimindo, deste último, seu parágrafo único, com vistas a prever
195 a responsabilidade do supervisor da pesquisa pelas orientações ao pesquisador colaborador
196 quanto às regras e procedimentos da Universidade, bem como a observância ao que preceitua a
197 Lei 8.112/90. Além disso, atribui-se a responsabilidade solidária ao supervisor pelos atos e
198 atividades relacionadas aos projetos de pesquisa e atividades desenvolvidas pelo pesquisador
199 colaborador, enquanto este estiver nessa qualidade. Em discussão, os seguintes pontos são
200 levantados: 1) aponta-se incoerência entre os Art. 13 e 25, no que diz respeito aos prazos de
201 duração de um programa de pesquisa, entendendo que o Art. 25 é mais adequado ao que se
202 busca. Ainda nesse ponto, questiona-se o prazo de 3 anos como sendo o máximo para o
203 programa; 2) questiona-se a não colocação da pesquisa nas atividades de extensão; 3) sugere-se
204 suprimir a parte final do parágrafo único, do Art. 3º, mantendo-o somente até o termo
205 “condutas”, uma vez que a previsão de responsabilidade, nos termos da Lei nº 8.112/1990,
206 aplica-se aos servidores públicos federais e não a todos; 4) sugere-se a retirada do prazo máximo
207 de 3 anos de vínculo do pesquisador colaborador, de modo a não estabelecer um teto, já que o
208 dispositivo prevê uma renovação anual; 5) sugere-se a substituição, no *caput* do Art. 13, do
209 termo “pesquisa” pelo termo “projeto”. Antes de responder aos apontamentos, conforme o
210 solicitado, a área demandante explica, ponto a ponto, como se deu a alteração da minuta, com
211 base no trabalho da relatoria. Destaca-se que a área demandante realizou, no parágrafo único, do
212 Art. 3º, a supressão da responsabilidade do supervisor pelas condutas disciplinares e desvios de
213 conduta por parte do pesquisador colaborador, podendo este responder por suas faltas, nos
214 termos do Código de Ética da UFABC, de acordo com a Lei nº 8.112/1990. Em seguida,
215 dirigindo-se ao questionamento quanto ao prazo de 3 anos como sendo o máximo, explica que
216 tomou-se como base o tempo médio de duração dos projetos de pesquisa, conforme
217 entendimento da Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPes), no entanto, acata a sugestão de retirada do
218 prazo máximo de 3 anos, bem como a sugestão de substituição do termo “pesquisa” por
219 “projeto”. Também, concorda com a inclusão da pesquisa nas atividades de extensão, incluindo,
220 no Art. 17, um novo inciso, em atendimento à demanda, com a seguinte redação: “IV – atuar em
221 ações de extensão, mediante aprovação de seu supervisor”. Quanto à supressão da parte final do
222 parágrafo único, do Art. 3º, concorda com a alteração, mantendo o texto até o termo “condutas”.
223 Não havendo mais inscritos, acatadas as sugestões e tendo sido realizadas as alterações
224 necessárias, o presidente submete a minuta à votação. Documento aprovado por unanimidade.
225 Minuta de resolução que regulamenta as normas gerais para a elaboração de lista tríplice para
226 reitor e o processo de nomeação do vice-reitor. A relatora, Mônica Schröder, discorre sobre a
227 minuta, destacando que sua apresentação fez-se necessária em decorrência da edição de duas
228 notas técnicas, emitidas pelo Ministério da Educação (MEC), nos anos de 2018 e 2019, que
229 ensejou a necessidade de adequação da norma que trata sobre elaboração da lista tríplice para
230 reitor e do processo de nomeação do vice-reitor na UFABC. Informa que a proposta já foi
231 discutida no Expediente da última sessão do ConsUni, quando foram apresentadas sugestões de
232 alteração ao documento inicial, consubstanciando-se no documento ora apresentado ao
233 Conselho. Destaca alguns pontos que geraram debate, na ocasião da discussão da matéria: i)
234 sugeriu-se simplificação da redação do item 4, desvinculando a relação entre a comissão eleitoral
235 e a pesquisa de opinião; ii) no item 4.2, discutiu-se a manutenção do termo “informal” na
236 expressão “informal e não vinculante”. Acrescenta que, em princípio, a redação inicial manteve-
237 se como a proposta da área demandante; iii) sugeriu-se que a nomeação de um novo vice-reitor

238 fosse submetida ao ConsUni, em todos os casos de impedimento. A relatoria acrescenta que, em
239 virtude das alterações realizadas no item 4, foi necessária a supressão do item 8.6, já que versava
240 sobre pontos suprimidos no primeiro item. Quanto à manutenção do termo “informal”, no item
241 4.2, informa que, após análise da Nota Técnica nº 243/2019, defende sua manutenção na
242 expressão “informal e não vinculante”. No tocante ao item 7.5, que trata da nomeação do vice-
243 reitor, informa que, para atendimento ao sugerido, foi inserido, no final do item, a redação
244 “submetendo-a à aprovação do Conselho Universitário”. Finalizando a sua apresentação, a
245 relatoria declara ser favorável à aprovação do documento. A área demandante corrobora com o
246 trabalho realizado pela relatoria. Em discussão: 1) questiona-se se a consulta à Procuradoria
247 Jurídica da UFABC, quanto à manutenção do termo “informal”, no item 4.2, conforme foi
248 solicitada, foi realizada. Ainda nesse ponto, a conselheira Roberta Kelly registra que apesar do
249 entendimento de que há um consenso pela manutenção do termo, manifesta-se discordância em
250 fazê-lo, argumentando que a expressão já consta na Resolução nº 181, do ConsUni, que também
251 é referenciada no item, logo, não vê necessidade de nova citação; 2) sugere-se alteração nas
252 redações dos itens 4.1 e 4.2, tendo em vista evitar conflitos de entendimento, conforme
253 apontado; 3) sugere-se reforçar a previsão do item 6.1, no item 9.4, de maneira a esclarecer que
254 as candidaturas são reservadas aos docentes da UFABC, levando em consideração seu tempo
255 efetivo de magistério superior na UFABC. Ainda nesse ponto, sugere-se especificar, no texto,
256 que o tempo de serviço público ao qual ele se refere é o federal; 4) manifesta-se entendimento de
257 que a redação proposta para o item 9.4 não afasta a possibilidade de que um docente com pouco
258 tempo de atuação no magistério superior, na UFABC, candidate-se à composição da lista tríplice.
259 A mesma preocupação é externada por outros conselheiros, defendendo-se que o eventual
260 indicado deve ter um tempo mínimo de experiência na UFABC para sua figuração na lista, caso
261 ela não seja preenchida; 6) propõe-se que seja estabelecido um tempo de serviço mínimo de 5
262 anos na UFABC, como um critério para compor a lista tríplice em caso de ausência de
263 candidaturas, acreditando-se ser um tempo razoável para que o candidato tenha um
264 conhecimento e experiência adequados sobre a UFABC. Essa proposta é secundada, reservando-
265 se à decisão plenária; 7) sugere-se observar a Nota Técnica nº 400/2018, na decisão que foi
266 tomada pelo Conselho, no intuito de não exceder no que diz respeito aos requisitos para
267 candidatura docente para a lista tríplice, defendendo que, independente do tempo de serviço na
268 UFABC, o docente ingressante tem o direito à candidatura. A área demandante, direcionando-se
269 à sugestão de inserção, no item 9.4, da especificação de que as candidaturas sejam reservadas aos
270 docentes com maior tempo de magistério na UFABC, explica contexto no qual se observou a
271 dificuldade com a questão relacionada ao que de fato seria esse tempo, dada a ocorrência de
272 eventuais afastamentos docentes, que não interrompem o tempo de serviço, o que poderia dar
273 margem à candidatura de um docente que tenha muito tempo de serviço, porém, pouco tempo de
274 magistério na UFABC. Nesse sentido, a relatoria sugere a seguinte redação: “se o número de
275 candidatos for inferior a 3 (três), serão incluídas, em número suficiente para completar a lista
276 tríplice, a candidatura de docentes da UFABC com maior tempo de magistério superior no
277 serviço público federal”. A área demandante acredita que a redação proposta chega mais
278 próximo de atender ao fim a que se propõe. O presidente reforça que os critérios que estão sendo
279 definidos não se aplicam à candidatura, permitida em qualquer caso, mas tão somente à
280 composição da lista tríplice em caso de não preenchimento por candidatos. Com relação a
281 possíveis cuidados excessivos na composição da lista tríplice, a área demandante explica que a
282 indicação para completar a lista pode ser mais criteriosa justamente por se tratar de um
283 complemento, carecendo de maior rigidez para quem pode ou não ser indicado. Acrescenta-se
284 que o controle mais acentuado nesse processo é o social e o coletivo, sendo o normativo, uma
285 última instância para a resolução de eventuais inconsistências, preservando a autonomia
286 universitária, exercida pela comunidade acadêmica e pelo próprio ConsUni. A relatoria

287 acrescenta ser mais salutar adotar, na norma em questão, os critérios objetivos e já conhecidos
288 pela UFABC, de maneira a assegurar aquilo que se pretende com a resolução, defendendo ser
289 essa a prática mais sensata para a lida com as questões mais subjetivas que envolvem o assunto.
290 Não havendo mais comentários, o presidente encaminha votação pela manutenção da redação do
291 item 9.4, somente conforme proposto pela relatoria, ou com o acréscimo de tempo mínimo de 5
292 anos de magistério superior na UFABC. Em votação, a inclusão do tempo mínimo à redação da
293 relatoria é aprovada com 13 votos favoráveis, 8 contrários e 7 abstenções. Dada a aprovação, o
294 item 9.4 passa a ter a seguinte redação: “Se o número de candidatos for inferior a 3 (três), serão
295 incluídas, em número suficiente para completar a lista tríplice, candidaturas de docentes com
296 maior tempo de magistério superior no serviço público federal e em efetivo exercício na UFABC
297 há, ao menos, 5 (cinco) anos.”. Tendo sido feitos os ajustes necessários, o presidente encaminha
298 a votação da minuta de resolução. Documento aprovado com 1 abstenção, sem votos contrários.
299 Minuta da Resolução de Diretrizes Orçamentárias 2020. A relatora, conselheira Sara Cid
300 Mascareñas Alvarez, apresenta parecer da Canoa, favorável à aprovação da Proposta. Discorre
301 sobre o histórico de elaboração da proposta e explica seus principais pontos. Destaca o trabalho
302 da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Propladi) que apresentou na
303 Audiência Pública o cenário do orçamento da UFABC nos últimos anos e também a perspectiva
304 de como será o orçamento da UFABC para 2020, apontando o preocupante cenário de restrições
305 a ser enfrentado no próximo ano. Esclarece que essa minuta utilizou duas vertentes para guiar
306 sua elaboração: a reflexão sobre quais necessidades seriam mantidas da RDO de 2019 e quais
307 deveriam ser reformuladas, conforme o material captado nas discussões com a comunidade e na
308 reunião da Canoa. A conselheira Mônica Schröder ratifica a fala da relatora e salienta que o
309 processo de elaboração dessa minuta teve como objetivo valorizar os espaços institucionais da
310 UFABC, assim como ampliar o processo de transparência e participação da comunidade como
311 um todo. Aponta, ainda, além do contexto orçamentário de restrições, a incerteza que permeia o
312 cenário nacional, no que tange a Lei Orçamentária. Em discussão, alguns conselheiros
313 parabenizam a relatora e a área demandante pelo trabalho realizado e elencam os seguintes
314 pontos: 1) sugere-se que a captação de novos recursos não seja vinculada a uma eventual
315 insuficiência orçamentária; 2) faz-se a leitura de uma carta elaborada pelo conselheiro, Alberto
316 Sanyuan Suen e seu suplente, Cedric Rocha Leão, cujo teor pede-se que conste em ata: “Em
317 Maio, o ConsUni discutiu uma detalhada proposta orçamentária para o ano de 2020. Agora
318 analisamos as diretrizes orçamentárias. Recebemos documentos que trazem princípios
319 importantes para eleger prioridades de gastos. Parece que as áreas receberão recursos e deverão
320 empenhá-los seguindo estes princípios. Gostaríamos de indagar: Quais mecanismos a reitoria
321 pretende utilizar para garantir a precedência indicada pela proposta de resolução que discutimos
322 hoje? Haverá apenas uma análise posterior aos gastos ou haverá um acompanhamento contínuo
323 de todas as áreas para garantir o cumprimento da resolução? Os princípios apontados na proposta
324 de resolução solucionam alguns questionamentos que fizemos na ocasião. Outras questões,
325 contudo, seguem em aberto. Gostaríamos de registrar em ata solicitação para que a reitoria
326 análise de maneira crítica algumas das solicitações das áreas que recebemos em Maio: A
327 prefeitura universitária havia solicitado R\$1.160.365 para a contratação de motoristas para
328 conduzir a frota própria da UFABC, equivalente a mais de um terço do contrato de ônibus
329 fretados interunidades (R\$3,257 milhões), parecendo, portanto, gasto excessivo. Solicitamos
330 justificativas quanto à quais atividades intrínsecas à secretaria geral e às bibliotecas justificam o
331 uso de diárias nacionais e internacionais, respectivamente em R\$13,5 mil (página 10) e
332 R\$14.400. Questionamos a quantia de R\$67,5 mil para tradução de textos e interpretação
333 simultânea em uma universidade em que diversos membros da comunidade acadêmica são
334 fluentes em idiomas estrangeiros. Sugerimos que seria possível buscar outras maneiras que não o
335 pagamento em espécie para envolver membros da comunidade universitárias nestas tarefas.

336 Discordamos da solicitação de recursos para “bolsa mestrado na área extensionista”. Bolsas de
337 pós-graduação são concentradas na Propg, que as distribui atendendo a critérios claros e
338 impessoais. A disponibilização de bolsas para temáticas específicas, a serem concedidas por
339 critérios alheios às demais bolsas congêneres viola o princípio da liberdade de cátedra dos
340 docentes, na medida em que condiciona a disponibilização de meios materiais para execução de
341 projetos a temática do projeto. Lembramos que não há impedimentos para que projetos na área
342 extensionista disputem bolsas com os demais nos programas de pós-graduação da UFABC.
343 Discordamos do pagamento de anuidade ao ‘Grupo Montevideo’, no montante de R\$41,5 mil,
344 requisitado pela assessoria de relações internacionais. Acordos entre universidades internacionais
345 podem ser firmados sem intermediários e com base em reciprocidade entre as instituições. Um
346 dos itens de maior valor individual da proposta orçamentária constituía a solicitação de R\$2
347 milhões para fiscalização de obras. A universidade pode buscar dentre seus servidores
348 concursados aqueles aptos a prestar estes serviços. Recomendamos ainda aos diversos setores da
349 universidade que busquem investir no treinamento de nosso quadro de servidores para utilizar
350 softwares gratuitos em substituição às versões pagas, cujos gastos com licenças apareceram
351 repetidamente na proposta orçamentária”. Lido o documento, o conselheiro questiona se esses
352 pontos foram trabalhados na RDO; 3) sugere-se que as bolsas de pós-graduação e as bolsas
353 socioeconômicas sejam colocadas no mesmo patamar de prioridade. A área demandante
354 especifica pontos importantes da proposta para esclarecer a aplicação dos recursos e relata que a
355 vinculação da captação de novas fontes orçamentárias a uma possível insuficiência não
356 inviabiliza que essa prospecção seja feita a qualquer tempo, como já vem acontecendo na
357 UFABC. Considera que a discussão sobre os pontos levantados pelo conselheiro Suen, na leitura
358 da carta, já haviam sido suplantados no primeiro semestre, após inúmeras discussões em reuniões
359 do ConsUni, esclarecendo que essa RDO sinaliza o quanto a UFABC necessita para manter o
360 patamar de qualidade no qual se encontra e aproveita para reiterar que diversos convites foram
361 feitos aos conselheiros para que comparecessem às reuniões concernentes à elaboração dessa
362 minuta. O presidente cita a aprovação da Resolução da Política de Inovação como importante
363 passo para o estabelecimento de parcerias e conseqüentemente, captação de novos recursos.
364 Informa que a Reitoria tem feito reuniões com as deputadas Luisa Canziani e Tabata Amaral,
365 ambas proponentes do Projeto de Emenda Constitucional nº 24, que libera do limite de gastos, as
366 receitas próprias das universidades. Esclarece que, primeiramente, devem ser atendidas todas as
367 prioridades elencadas na RDO e, na medida de sua execução, as demais questões vão sendo
368 discutidas. Tendo em vista o avançado das horas e como nenhum dos participantes deseja fazer
369 uso da palavra, o presidente sugere que a discussão deste e dos demais itens da pauta sejam
370 levadas à continuação desta sessão, conforme estabelecido no Calendário ConsUni. Deseja a
371 todos uma boa comemoração do feriado da Consciência Negra, chamando à uma reflexão sobre
372 o tema. Encerra a reunião às 18h09. Do que para constar, nós, Fabiane de Oliveira Alves, chefe
373 da Divisão de Conselhos, Jeanderson Carlos de Souza Silva e Katia Tonello Semmelmann,
374 assistentes em administração, em conjunto com o secretário-geral, Daniel Pansarelli, lavramos e
375 assinamos a presente Ata aprovada pelo Conselho.-----
376 Aos 26 dias do mês de novembro do ano de 2019, no horário das 14h, na Sala dos Conselhos,
377 Torre 1 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), localizada na Av. dos Estados,
378 5001, Bloco A, Torre I, 1º andar, Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a continuação da V
379 sessão ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2019, previamente
380 convocada e presidida pelo reitor, Dácio Roberto Matheus, com a presença dos seguintes
381 **conselheiros:** Acácio Sidinei Almeida Santos, pró-reitor de assuntos comunitários e políticas
382 afirmativas; Alberto Sanyuan Suen, representante docente do Centro de Engenharia, Modelagem
383 e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Carlos da Silva dos Santos, representante docente do
384 Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Cássia Gonçalves de Souza,

385 representante suplente dos técnicos administrativos; Cláudia Regina Vieira, representante
386 docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Cristiane Otero Reis Salum,
387 representante suplente docente do CMCC; Eduardo Lucas Subtil, representante suplente docente
388 do CECS; Evonir Albrecht, pró-reitor adjunto de extensão e cultura; Fernando Luiz Cássio Silva,
389 representante docente do CCNH; Francisco de Assis Zampiroli, representante docente do
390 CMCC; Geovane Oliveira de Sousa, representante dos técnicos administrativos; Gustavo Morari
391 do Nascimento, representante docente do CCNH; Marcelo Bussotti Reyes, diretor do CMCC;
392 Maria Gabriela Silva M. Cunha Marinho, vice-diretora do CECS; Mônica Schröder, pró-reitora
393 de planejamento de desenvolvimento institucional; Natalia Gea, representante suplente dos
394 técnicos administrativos; Paula Ayako Tiba, pró-reitora de graduação; Rafael Celeghini
395 Santiago, representante docente do CECS; Roberta Kelly Amorim de França, representante dos
396 técnicos administrativos; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Sara Cid Mascareñas Alvarez, pró-
397 reitora de administração; Sara Lorena dos Santos, representante discente de graduação; Sônia
398 Maria Malmonge, pró-reitora de pesquisa; Wendel Andrade Alves, representante suplente
399 docente do CCNH. **Ausências justificadas:** Charles Morphy Dias dos Santos, pró-reitor de pós-
400 graduação; Eduardo Gueron, representante docente do CMCC; Glenda Lorena Mezarobba,
401 representante da comunidade civil; Itana Stiubiener, representante docente do CMCC; Wagner
402 Alves Carvalho, vice-reitor. **Ausentes:** Allana Mattos dos Santos, representante discente de
403 graduação; Armando Caputi, representante docente do CMCC; Beatriz Behling da Silva,
404 representante discente de graduação; Fernando Martins Ustariz, representante discente de pós-
405 graduação; Giorgio Romano Schutte, representante docente do CECS; Gustavo Nascimento de
406 Souza, representante discente de graduação; Luciana Zaterka, representante docente do CCNH;
407 Marcelo Aversa, representante discente de pós-graduação; Rodrigo de Freitas Bueno,
408 representante docente do CECS; Vanessa Elias de Oliveira, representante docente do CECS. **Não**
409 **votantes:** Daniel Pansarelli, secretário-geral; José Blanes Sala, membro da Cátedra Sergio Vieira
410 de Mello; Rosana Quevedo, Chefe do Núcleo de Acessibilidade; Tatiana Keimi Izumi, servidora
411 da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP); Victória Rossetto
412 Costa, discente de graduação. **Apoio administrativo:** Fabiane de Oliveira Alves, chefe da
413 Divisão de Conselhos; Jeanderson Carlos de Souza Silva e Katia Tonello Semmelmann,
414 assistentes em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente, após
415 cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h21 informando que o vice-reitor, Wagner Alves
416 Carvalho, usufrui de suas férias. Na ocasião, convida o conselheiro Ronei Miotto para compor a
417 Mesa. Minuta da Resolução de Diretrizes Orçamentárias 2020. O presidente, Dácio Roberto
418 Matheus, explica que a minuta foi apresentada na primeira parte da sessão pela relatora e pela
419 área demandante, Sara Cid Mascareñas Alvarez e Mônica Schröder, respectivamente, quando
420 foram feitos alguns apontamentos e esclarecimentos acerca do documento. Retomada a
421 discussão, o conselheiro Ronei Miotto parabeniza a ProAd e a ProPlaDI pelo trabalho realizado e
422 pelo processo amplamente democratizado na elaboração do documento. Lamenta o cenário
423 adverso com o qual a UFABC tem lidado quanto aos aspectos orçamentários. O presidente
424 complementa a fala do conselheiro afirmando ser este um momento de dificuldade, todavia, de
425 muito aprendizado e amadurecimento para a UFABC no que tange à agilidade e democratização
426 da construção desse instrumento, permitindo que a Administração tome decisões razoavelmente
427 pactuadas no conjunto da comunidade. O conselheiro Suen tece comentários acerca do atual
428 cenário da UFABC e comenta o inciso I do Art. 3º, sugerindo alterar o nível de prioridade das
429 bolsas de pós-graduação e socioeconômicas, colocando ambas no mesmo patamar. O conselheiro
430 Acácio Almeida explica a diferença entre as bolsas, sugerindo a manutenção do texto conforme
431 se apresenta na proposta original. O presidente consulta se alguém secunda a proposta de
432 alteração do texto conforme sugerido. Não sendo secundada a proposta, mantém-se o texto como
433 apresentado. Não havendo mais sugestões de alteração, o presidente encaminha o documento

434 para votação. Aprovado por unanimidade. **Expediente:** Minuta de Resolução de criação da
435 Cátedra Sergio Vieira de Mello da UFABC (CSMV-UFABC) para Ensino, Pesquisa e Extensão
436 sobre Refúgio/ Refugiados e Migrantes. O conselheiro Acácio Almeida inicia discorrendo sobre
437 o trâmite do documento até sua apresentação neste Conselho. Em seguida, passa a palavra ao
438 professor José Blanes Salas, que apresenta os principais pontos do trabalho realizado pela
439 Cátedra, fruto de ideia da Organização das Nações Unidas (ONU) e, mediante convênio, tem a
440 finalidade de engajar as universidades no trabalho de proteção e integração de refugiados através
441 da educação, pesquisa e extensão. Apresenta a composição da Cátedra desde de 2014, quando foi
442 criada na UFABC. No Ensino, informa que a Cátedra está inserida em algumas disciplinas da
443 graduação e pós-graduação. Quanto ao que tem sido produzido sobre o tema, salienta artigos em
444 periódicos, capítulos de livros, livros, dissertações de mestrado concluídas, teses, trabalhos de
445 conclusão de curso e comentários na mídia. No tocante à extensão, ressalta ser esta a área de
446 maior atuação da Cátedra, destacando o curso de língua portuguesa como língua de acolhimento
447 para refugiados, que é realizado no *campus* São Bernardo e já soma 3 (três) edições. Ainda na
448 extensão, informa que tem sido realizados cursos sobre imigração e refúgio voltados a
449 educadores e gestores da Região do Grande ABC, no sentido de difundir esse conhecimento a
450 públicos diferentes. Finalizando a exposição, informa que a UFABC, além da Cátedra, tem
451 desenvolvido outras políticas em favor das pessoas em situação de refúgio, citando duas
452 resoluções: uma que trata da reserva de vagas de ingresso para refugiados, nos cursos
453 interdisciplinares da UFABC, e outra que trata da isenção de pagamento de taxas para
454 revalidação e reconhecimento de diplomas de graduação e pós-graduação. Discorre sobre a
455 minuta proposta, informando que visa à institucionalização da Cátedra na UFABC. Explica que
456 seu funcionamento, atualmente, dá-se por meio de convênio, que acredita ser um instrumento
457 frágil à garantia de continuação de seus trabalhos. Nesse sentido, acredita ser necessária a sua
458 criação como parte da estrutura da UFABC, na condição de órgão de apoio acadêmico vinculado
459 à Reitoria, pontuando que isso garantiria solidez e segurança à Cátedra, não havendo qualquer
460 alteração em suas atividades. Complementa que a ideia é que ela preste assessoria à Reitoria nos
461 assuntos relativas à imigração e refúgio. Além disso, a Cátedra passaria oficialmente a responder
462 pela composição e coordenação da Comissão Especial para Refugiados (CER), que já existe
463 desde a criação da reserva de vagas para esses grupos. Em discussão são feitos os seguintes: 1)
464 questiona-se se a incorporação oficial da Cátedra à estrutura da UFABC não geraria
465 questionamentos quanto aos atos já praticados, uma vez que não funcionava como órgão da
466 UFABC; 2) questiona-se a diferença entre a Cátedra proposta e a que já existe na UFABC; 3)
467 questiona-se se a Cátedra irá aderir ao programa da Agência da Ornaização das Nações Unidas
468 (ONU) para refugiados, entendendo que a UFABC possui os requisitos necessários para tal,
469 porém, não está explícita essa previsão na minuta; 4) no tocante ao regimento interno da Cátedra,
470 questiona-se sobre a competência para sua elaboração e aprovação, bem como a composição do
471 órgão proposto; 5) questiona-se qual seria o impacto na Cátedra, caso não seja institucionalizada;
472 6) questiona-se se há alguma expectativa de que a UFABC financie a Cátedra caso o convênio
473 que a mantém não seja renovado; 7) questiona-se sobre a qual órgão a Cátedra se assemelha no
474 organograma da UFABC e quais seriam os ganhos da UFABC com a sua institucionalização; 8)
475 sugere-se a inclusão de disposições transitórias no documento, com vistas a resolver conflitos
476 entre a situação existente e a que está sendo proposta; 9) sugere-se a inclusão de cláusula de
477 promulgação que exponha a importância que o tema da imigração e refúgio tem para a UFABC;
478 10) sugere-se que, na composição básica da Cátedra, haja participação de outros agentes da
479 UFABC, não somente dos especialistas da área. A relatoria explica que, no que diz respeito aos
480 atos já praticados pela Cátedra, a institucionalização do órgão não geraria impactos, pois, apesar
481 de não oficializado como estrutura da UFABC, o convênio pelo qual se estabeleceu sua atuação
482 garante a legitimidade de seus atos. Quanto ao regimento interno, informa que a minuta prevê

483 que a própria Cátedra é quem elaborará e aprovará o seu regimento. Com relação à composição,
484 informa que seus membros serão nomeados por ato da Reitoria, divididos entre membros
485 permanentes, que exercerão a coordenação por meio de rodízio, e membros colaboradores, que,
486 atualmente, são docentes, mas, tem-se buscado incluir discentes e técnicos administrativos,
487 também. Enfatiza-se que a proposta em pauta visa à institucionalização da Cátedra já existente
488 na UFABC, legitimando-a como parte da estrutura da UFABC, e não à criação de uma nova.
489 Neste ponto, a relatoria acredita ser necessária alguma melhoria na redação para esclarecimento
490 do que se propõe. Acrescenta-se que o impacto da não aprovação da institucionalização da
491 Cátedra seria a insegurança sobre a manutenção de seu funcionamento, já que o convênio que a
492 mantém pode ou não ser autorizado. Quanto ao financiamento, expõe que não se trata de um
493 acordo de reciprocidade financeira, já que a Cátedra não gera bônus financeiros à UFABC, mas
494 também não se utiliza do orçamento da UFABC para sua manutenção. O presidente esclarece
495 que a participação de técnicos administrativos na Cátedra dá-se por meio das ações que são
496 promovidas por ela, não se tratando de apoio administrativo. Não havendo mais comentários, o
497 presidente encerra a discussão, agradecendo à relatoria e informando que item segue para Ordem
498 do Dia da próxima sessão ordinária. Minuta de Resolução que normatiza os Programas de Apoio
499 ao estudante de graduação da UFABC, revoga e substitui a Resolução ConsUni nº 59, de 2011, e
500 a Resolução ConsUni nº 88, de 2012. O relator, conselheiro Acácio Almeida, inicia com uma
501 breve explanação sobre o trâmite da proposta no âmbito da Comissão de Políticas Afirmativas
502 (CPAf). Quanto às alterações propostas, das resoluções a serem substituídas e revogadas, destaca
503 a Resolução ConsUni nº 88, que atende ao Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe
504 sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), considerados como o marco
505 legal dos editais relacionados à assistência estudantil na UFABC. Destaca que o que se busca é o
506 aprimoramento dessa normativa, assegurando a permanência de estudantes
507 socioeconomicamente vulneráveis no ensino superior, conforme prevê o PNAES. Cita alguns
508 dos ideais do programa, salientando que oferece certa liberdade de ação às IFES, no atendimento
509 aos objetivos propostos, todavia, estabelece critérios mínimos de atendimento como, por
510 exemplo, a prioridade aos alunos oriundos da rede pública de ensino ou cuja renda familiar *per*
511 *capita* seja de até 1(um) salário-mínimo e meio. Cita relatório produzido pelo Ministério da
512 Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (hoje, Controladoria-Geral da
513 União) sobre a assistência estudantil, ressalta que a UFABC figura como uma das IFES que
514 atende ao que determina o decreto pertinente à matéria, no entanto, observou-se uma certa
515 deficiência quanto ao acompanhamento dos alunos beneficiários dessa assistência. Conclui a
516 apresentação enfatizando a importância de reformular e atualizar as normativas internas. Em
517 discussão, são realizadas as seguintes observações: 1) a conselheira Roberta Kelly comunica
518 acerca paralisação dos técnicos administrativos, nos dias 26 e 27 de novembro, justificando a sua
519 presença na sessão, bem como a das conselheiras Cássia e Natália, também técnicas
520 administrativas, pela importância dos assuntos que se encontram em pauta. Complementa que a
521 paralisação tem como objetivo a manifestação contrária quanto às reformas que vem sendo
522 propostas pelo Governo Federal, destacando a reforma administrativa e a Proposta de Emenda à
523 Constituição (PEC) emergencial de desvinculação, que ameaçam a carreira dos técnicos
524 administrativos e a qualidade do serviço público brasileiro; 2) sugere-se, no Art. 3º, a inclusão de
525 um novo parágrafo que explique que cada auxílio tem seu próprio edital e que a sua abertura
526 depende de disponibilidade orçamentária; 3) a conselheira Sara Lorena passa a palavra à discente
527 de graduação Vitória Rosseto, que comenta acerca das dificuldades que as pessoas com
528 deficiência enfrentam no dia a dia, enaltecendo o trabalho realizado pela UFABC no que tange
529 ao acesso dessas pessoas ao ensino superior, todavia, aponta a importância que deve ter, também,
530 a questão da permanência desses discentes. Enfatiza a importância que dos auxílios concedidos
531 pela UFABC na vida dos alunos com deficiência, beneficiários dessas bolsas, sugerindo que,

532 para esses alunos, a concessão do auxílio não seja limitada a um prazo, como prevê a Resolução
533 ConsUni nº 88. Acrescenta-se a sugestão de que essa previsão seja estendida às pessoas que
534 sofrem de transtorno; 4) no Art. 12, parágrafo 4º, levanta-se preocupação quanto à previsão de
535 que a equipe da ProAP seja a responsável pelo parecer mensal para manutenção dos benefícios
536 concedidos, tendo em vista a importância de buscar parcerias que apoiem administrativamente
537 esse trabalho, dado o atual cenário de escassez de pessoal que pode comprometer a efetividade
538 desse trabalho, além de sobrecarregar os trabalhadores do setor. Essa mesma preocupação é
539 manifestada quanto às previsões dos Artigos 26 e 27; 5) questiona-se qual seria a tratativa nos
540 casos dos alunos emancipados, conforme previsão do Art. 22, inciso III, quando estes perdem
541 todo o vínculo com a família; 6) no parágrafo 2º, do Art. 29, sugere-se repensar a utilização da
542 expressão “exercício domiciliar”, visto que suscita dúvidas quanto a seu significado, defendendo
543 que a redação seja mais simples; 7) no Art. 12, parágrafo 3º, que trata do Auxílio Saúde,
544 questiona-se a ausência do grupo das pessoas com deficiência; 8) no Art. 6º, parágrafo 4º,
545 sugere-se explicitar de maneira específica os municípios aos quais se quer fazer referência, uma
546 vez que o termo Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é muito abrangente, conforme Lei
547 Complementar nº 1.139, de 16 de junho de 2011, que trata da organização desse território.
548 Pontua ser importante revisar essa informação observando a distância dos municípios, evitando
549 quaisquer problemas relacionados à prioridade que o dispositivo busca estabelecer; 9) sugere-se
550 rever as redações que citam as instâncias competentes da ProAP como as responsáveis pela
551 definição e acompanhamento de situações que caracterizem auxílios, defendendo que essas
552 situações sejam definidas nos próprios editais; 10) aponta-se que a previsão do Art. 28, inciso III,
553 alínea “c”, é temerária, pois a matrícula em 6 disciplinas ou mais é exaustiva e prejudica o
554 aprendizado do discente, além de gerar constantes casos de abandono de disciplinas. A esse
555 respeito, acrescenta a sugestão de que se preveja a participação dos alunos beneficiários de
556 auxílios no Programa de Ensino e Aprendizagem Tutorial (PEAT), objetivando, com isso,
557 fornecer-lhes orientação quanto às matrículas, de maneira a conscientizá-los sobre a carga a ser
558 cumprida e evitar reprovações por frequência; 11) solicita-se esclarecimento, no Art. 14, sobre
559 quais seriam os exemplos de subvenções financeiras destinadas às necessidades de aquisição e
560 adaptação de ferramentas de Tecnologia Assistiva do aluno, em específico, e quais as destinadas
561 à UFABC para atendimento coletivo, pois entende que o termo Tecnologia Assistiva diz respeito
562 tanto às necessidades arquitetônicas da UFABC, em atendimento à acessibilidade, quanto às
563 necessidades individuais das pessoas com deficiência; 12) complementa-se a explanação sobre a
564 Tecnologia Assistiva, acrescentando-se sua importância para a garantia da permanência dos
565 alunos com deficiência. Ressalta a importância dos auxílios financeiros concedidos, que também
566 têm grande influência no suporte e permanência desse grupo de alunos na UFABC; 13) sugere-se
567 que as principais definições da minuta sejam elencadas no início, fazendo-lhes referência ao
568 longo do texto, quando necessário. Novamente com a palavra, a área demandante, dirigindo-se à
569 sugestão de inserção de dispositivo que explique a vinculação do auxílio a seu respectivo edital e
570 este à disponibilidade orçamentária, acredita ser importante fazê-lo, tendo em vista evitar
571 entendimentos amplos a respeito do que será ou não oferecido, ressaltando que a assistência
572 prestada pela ProAP é de caráter estudantil e não social. No tocante aos alunos emancipados,
573 informa que o próprio edital dá certa margem de autonomia para a que as assistentes sociais
574 atuem. Além disso, ressalta que há possibilidade de recurso à CPAf. Quanto à expressão
575 “exercício domiciliar”, acata a sugestão de explicar o significado do termo. Direcionando-se à
576 fala da discente Vitória Rosseto, tanto o presidente como a área demandante consideram as
577 colocações feitas como de grande importância para a UFABC, pontuando a necessidade de
578 avaliar-se a criação de novos mecanismos que atendam às necessidades expostas pela estudante.
579 A área demandante afirma ser favorável à inclusão do grupo de pessoas com deficiência, no Art.
580 12, parágrafo 3º. Com relação à observação feita sobre a Região Metropolitana de São Paulo

581 (RMSP), informa que, para atendimento adequado aos estudantes, é realizado um estudo prévio
582 do tempo de deslocamento de sua residência até a UFABC, considerando que, mesmo na Região
583 de São Paulo, alguns alunos levam tempo semelhante de deslocamento daqueles que moram em
584 outros municípios da RMSP. Acata a sugestão de que constem nos respectivos editais as
585 definições e acompanhamento das situações que caracterizem subvenções financeiras. Quanto à
586 observação feita sobre o Art. 28, inciso III, alínea “c”, informa que já há uma tratativa em curso
587 sobre o assunto. Quanto à observação feita sobre a subvenção voltada à Tecnologia Assistiva,
588 explica que a ideia é olhar para o atendimento coletivo. Além disso, acrescenta que existem
589 muitas necessidades de caráter individual que também são observadas, no uso desses auxílios,
590 dando como exemplo a aquisição de *softwares* específicos para aqueles que têm deficiência
591 visual. Acata-se a sugestão de colocação das definições do texto no início da minuta. A área
592 demandante conclui enfatizando a importância que o assunto tem na UFABC, destacando a pré-
593 disposição da gestão da UFABC com essa questão, pontuando ser um tema que carece de
594 diálogos externos para melhor atendimento das necessidades internas, de modo a garantir não
595 apenas o ingresso de grupos diversos de discentes, mas também sua permanência no ensino
596 superior. Não havendo mais inscritos, o presidente, entendendo já haver elementos suficientes
597 para uma revisão da minuta, encerra a discussão da matéria, informando que o assunto retornará
598 na Ordem do Dia da próxima sessão ordinária. Minuta de Resolução de instituição da Comissão
599 de Políticas Afirmativas da UFABC, que revoga e substitui a Resolução ConsUni nº 107. O
600 conselheiro Acácio Almeida inicia a apresentação informando que a minuta em pauta visa a
601 atualizar a Resolução ConsUni nº 107. Discorre sobre o tema das políticas afirmativas, que tem
602 grande relevância para as universidades federais, destacando o trabalho da CPAf da UFABC, que
603 tem protagonizado várias atividades pertinentes à matéria, no âmbito da UFABC, destacando,
604 dentre essas ações, os cursos de capacitação das comissões de heteroidentificação, tido como
605 modelo a ser seguido por órgãos como o Ministério Público (MP) e a Defensoria Pública (DP), e
606 que tem evitado fraudes nos processos de seleção de novos servidores. Explica que a proposta
607 também tem o objetivo de ampliar a participação de outros setores da UFABC, na CPAf, além de
608 rever as competências da comissão, de acordo com o cenário atual. Também, propõe-se que as
609 matérias oriundas da CPAf sejam encaminhadas diretamente para a Ordem do Dia, na pauta dos
610 Conselhos Superiores, tal qual prevê a Resolução ConsUni nº 174, de 7 de abril de 2017, para
611 algumas comissões. É proposto, ainda, que novos agentes da UFABC sejam incluídos na
612 composição da CPAf. Em discussão: 1) sugere-se prever um número ímpar de membros para a
613 comissão; 2) sugere-se delimitar o número de reconduções, acreditando que 1 (uma) recondução
614 seja o mais adequado; 3) destaca-se positivamente a previsão de que haja 1 (um) representante
615 dos trabalhadores terceirizados na CPAf. A esse respeito, aventa-se a preocupação com a
616 garantia de segurança do emprego daquele que for eleito representante, uma vez que,
617 eventualmente, este deixará seu posto de trabalho para participação nas reuniões na comissão.
618 Propõe-se que sejam estudados meios que possam dar alguma estabilidade para esse funcionário.
619 Em complementação, explica-se que a relação da UFABC com os trabalhadores terceirizados é
620 sempre intermediada pela empresa contratada, que é quem gere seus contratos de trabalho, não
621 podendo a UFABC interferir nessa gestão. Ressalta-se que à UFABC cabe fiscalizar se os
622 deveres da contratada estão sendo cumpridos, principalmente os que dizem respeito às
623 legislações trabalhistas. Nesse sentido, levanta-se dúvida sobre a legalidade de o Conselho
624 deliberar algo sobre essa estabilidade, propondo-se, como uma possível solução do impasse, que
625 essa representação seja feita por servidor da UFABC, eleito pelos próprios trabalhadores
626 terceirizados; 4) sugere-se que a indicação de membros representantes das pró-reitorias seja feita
627 pela respectiva comissão ou comitê, argumentando-se que a alteração deixa esse processo mais
628 democrático; 5) aponta-se dúvida quanto ao prazo que estabelece o Art. 4º; 6) discorda-se da
629 afirmação de que os trabalhadores terceirizados usufruem da maioria dos espaços e serviços

630 oferecidos pela UFABC. Ainda, discorda-se da sugestão de que a representação dos
631 trabalhadores terceirizados na comissão seja feita por servidor; 7) sugere-se a criação de uma
632 instância na UFABC que trate de assuntos relacionados ao dia a dia dos trabalhadores
633 terceirizados, de maneira a evitar situações que possam ensejar em violação aos direitos e
634 garantias desse grupo dentro da UFABC; 8) questiona-se, com relação aos contratos firmados
635 com as empresas terceirizadas, sobre seus prazos de encerramento, como se dá sua fiscalização
636 por parte da UFABC e, no que tange ao acolhimento e cursos para os terceirizados; 9) sugere-se
637 que, quando da renovação e ou celebração de um novo contrato junto às empresas terceirizadas,
638 seja prevista a participação de 1(um) de seus funcionários na CPAf. A relatoria, comentando as
639 observações, discorre sobre a sugestão de criação de um meio que dê certa estabilidade ao
640 funcionário terceirizado que venha a fazer parte da CPAf. Informa que, apesar de todas as
641 políticas que vêm sendo formuladas para a inclusão dessas pessoas na comunidade acadêmica, a
642 UFABC não tem respaldo legal para garantir tal estabilidade. Acredita ser mais salutar que um
643 servidor, eleito pelos próprios trabalhadores terceirizados, seja seu representante na CPAf,
644 dando-lhes voz no âmbito da referida comissão e evitando riscos quanto à segurança de seus
645 empregos. Ainda nessa linha, o presidente destaca a importância do tema e das considerações
646 feitas pelos conselheiros, pontuando ser de grande valia que a UFABC identifique e reconheça
647 quais são os pontos a serem trabalhados para que se melhore a inserção dos trabalhadores
648 terceirizados na comunidade acadêmica, de maneira a não lhes causar prejuízo em relação a seu
649 emprego. Sobre os contratos estabelecido entre a UFABC e as empresas terceirizadas, esclarece
650 que é obrigação da contratada orientar aos trabalhadores terceirizados sobre o Código de Ética da
651 UFABC, que, inclusive, é cláusula que pode ensejar a rescisão contratual, no caso de
652 descumprimento. Informa ainda que a fiscalização é exercida mediante denúncia à Ouvidoria da
653 UFABC, chegando até ao fiscal do respectivo contrato, que tomará as providências cabíveis
654 sobre qualquer descumprimento desses preceitos éticos. Ainda sobre esses contratos, informa-se
655 que o prazo é de 1(um) ano, prorrogável pelo mesmo período, até o limite de 5 (cinco) anos,
656 havendo a possibilidade de rescisão contratual antes dos prazos estabelecidos, conforme critérios
657 legais. Quanto à garantia da segurança do emprego ao membro terceirizado da CPAf, enfatiza
658 que dois pontos precisam ser avaliados: a preocupação com a exposição desse funcionário e o
659 fato já exposto, sendo que a UFABC não pode garantir a estabilidade de emprego pela
660 participação na comissão, pois não há essa previsão nos contratos vigentes. Acrescenta-se que a
661 inserção de uma cláusula que preveja essa participação do funcionário na CPAf demandaria
662 acréscimo de custos nos contratos firmados pela UFABC, visto que, na maioria dos casos,
663 haveria necessidade de reposição do funcionário, a depender do posto ocupado por ele, quando
664 de sua participação nas reuniões da comissão. Destaca-se, ainda, a elaboração de um programa
665 de acolhimento dos trabalhadores terceirizados que vem sendo feito pela ProAP, enfatizando, no
666 entanto, que a atividade de inclusão desse grupo na comunidade acadêmica deve ser coletiva e
667 que o êxito está vinculado às ações que cada membro da UFABC pratica. Sobre o programa de
668 acolhida, a relatoria informa que, há algum tempo, diálogos vem sendo realizados junto a outras
669 áreas da UFABC, com vistas a tratar sobre os casos que são apresentados cotidianamente pelos
670 trabalhadores terceirizados, pontuando que a apresentação desse tema no âmbito ConsUni dá
671 uma dimensão mais ampla para que se caminhe em direção à prevenção e solução de eventuais
672 problemas relacionados aos direitos e garantias desse grupo na UFABC. Corroborando a fala do
673 presidente, o relator destaca a importância do trabalho coletivo, na tratativa dessas questões.
674 Direcionando-se à dúvida sobre os prazos do Art. 4º, explica que é um tempo necessário devido
675 ao fluxo desse processo até à reunião, dando maiores detalhes sobre os procedimentos adotados,
676 pontuando que talvez seja necessária uma revisão para que se estenda esse prazo. Quanto à
677 sugestão de que os membros representantes das pró-reitorias sejam indicados por suas
678 respectivas comissões e não pelos pró-reitores, a relatoria defende que estes sejam indicados

679 pelos pró-reitores, conforme proposta inicial, argumentando que, do ponto de vista da gestão,
680 essa seria a previsão mais adequada, no entanto, não se opõe à proposta apresentada. Não
681 havendo mais comentários, o presidente encerra a discussão e informa que o documento seguirá
682 para Ordem de Dia da próxima sessão ordinária. Apresentação das ações do Núcleo de
683 Acessibilidade. O presidente esclarece que este item foi incluído nesta sessão do ConsUni na
684 categoria do Pequeno Expediente, no qual são debatidos assuntos que não demandam,
685 necessariamente, deliberação do Conselho, mas que justificam sua inclusão na pauta para
686 discussão. O conselheiro Acácio Almeida tece elogios ao trabalho do Núcleo de Acessibilidade e
687 a todos os envolvidos e passa a palavra para Rosana Quevedo, chefe do Núcleo de
688 Acessibilidade, que inicia apresenta a composição do setor que conta com uma frente técnica,
689 uma frente administrativa e, ligada diretamente a esta, o Programa de Monitoria Inclusiva, um
690 grupo formado por discentes de graduação da UFABC, selecionados por meio de edital, para
691 fazer o acompanhamento de alunos com deficiência, adaptar materiais didáticos, elaborar
692 Tecnologias Assistivas e produzir vídeos para a comunidade acadêmica. Apresenta dados
693 estatísticos e as metas do Núcleo para 2020 que conta, dentre outras, com o auxílio de novos
694 sistemas implantados pela UFABC. Aponta a atuação de outras universidades do país,
695 informando acerca de cursos de práticas docentes em educação inclusiva. Por fim, agradece o
696 trabalho realizado pela equipe do Núcleo de Acessibilidade, destacando sua proatividade. O
697 presidente destaca a importância das ações e lamenta a insuficiência de recursos necessários para
698 realizar integralmente as políticas demandadas. Em discussão, os conselheiros elogiam o
699 trabalho do Núcleo de Acessibilidade e realizam alguns apontamentos: 1) o conselheiro Ronei
700 Miotto discorre acerca dos contextos nos quais se deu a necessidade de apresentação da matéria
701 em questão. Destaca ser insuficiente a apresentação do diagnóstico das práticas desenvolvidas
702 sem a elaboração de um cronograma de ações efetivas para combater os problemas, uma vez que
703 esse tema prolonga-se desde 2016; 2) considera-se ser necessário adotar políticas mais inclusivas
704 do que assistencialistas; 3) pontua-se ser indispensável a existência de um mecanismo que
705 permita a compreensão das reais necessidades dos alunos com deficiência, de maneira a atendê-
706 los adequadamente; 4) acredita-se que as ações precisam ter início no corpo docente, por meio de
707 cursos de capacitação; 5) considera-se de suma importância que a área aumente o número de
708 ações efetivas; 6) recomenda-se que outras instituições de ensino superior sejam consultadas
709 quanto à possibilidade de parcerias; 7) sugere-se ter como base, para a formulação de políticas de
710 acessibilidade, o texto do Documento Orientador do Programa Incluir do Ministério da Educação
711 (MEC), referente à orientação da acessibilidade no âmbito das Instituições Federais de Ensino
712 Superior (IFES); 8) levanta-se preocupação quanto ao fato de o grupo de monitoria ser composto
713 somente por alunos, acreditando-se ser importante a inclusão de outras pessoas que já trabalham
714 com essa questão na universidade, mesmo que em projetos paralelos. Victória Rossetto Costa,
715 discente de graduação e membra do Programa de Monitoria Inclusiva, esclarece que a equipe de
716 monitoria é acompanhada pela Chefe do Núcleo. Acredita ser de fundamental importância a
717 capacitação dos docentes e adverte que a expressão “universidade inclusiva”, vai para além de a
718 simples necessidade da remoção de barreiras arquitetônicas, pontuando ser mais relevante o
719 rompimento de barreiras atitudinais. O presidente destaca a importância de um trabalho conjunto
720 com o Núcleo, acreditando ser necessário que toda a comunidade abrace o problema e caminhe
721 junto para uma solução. O conselheiro Acácio Almeida agradece todas as contribuições,
722 sobretudo dos especialistas que se protificaram a ajudar, como a conselheira Claudia Regina
723 Vieira, e sugere trazer, para apreciação do Conselho, uma proposta de Resolução que trate do
724 tema. Rosana Quevedo, dentre outros comentários, ressalta que os monitores possuem a
725 competência e a experiência necessárias para o trabalho, sendo estes, pré-requisitos para fazer
726 parte do Programa de Monitoria. Esclarece que o Núcleo de Acessibilidade não faz
727 assistencialismo, uma vez que fere o código de ética do profissional assistente social. Como

728 nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente agradece a presença de todos
729 e encerra a sessão às 18h27. Do que para constar, nós, Fabiane de Oliveira Alves, chefe da
730 Divisão de Conselhos, Jeanderson Carlos de Souza Silva e Katia Tonello Semmelmann,
731 assistentes em administração, em conjunto com o secretário-geral, Daniel Pansarelli, lavramos e
732 assinamos a presente Ata aprovada pelo Conselho.

Fabiane de Oliveira Alves
Chefe da Divisão de Conselhos

Jeanderson Carlos de Souza Silva
Assistente em Administração

Katia Tonello Semmelmann
Assistente em Administração

Daniel Pansarelli
Secretário-Geral